|  |
| --- |
| E |
| ***Battistella Administração e Participações S.A***  ***Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente*** |















1. Contexto operacional

1. Atividades

A Battistella Administração e Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações com sede em São José dos Pinhais, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) que figura, nessas demonstrações financeiras, como Controladora.

O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella e Agropecuária e Administração de Bens S.A.

A Battistella Administração e Participações S.A. e suas controladas, tem como principais atividades preponderantes:

* Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
* Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
* Participação em outras sociedades.

1. Operações de reestruturação

**b.1 – Incorporação da** empresa “Battistella Trading S.A. – Comércio Internacional”

Em 07 de julho de 2017, foi aprovada em Reunião do Conselho da Administração, a incorporação da controlada Battistella Trading S.A. - Comércio Internacional, pela controladora Battistella Administração e Participações S.A. A incorporação não implicou em alterações no capital social da Companhia uma vez que a mesma já detinha ações representativas de 100% do capital social da Trading, sendo esta última subsidiária integral da Companhia.

1. Redução de Capital da Controladora

Em 26 de julho de 2017, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 121.966, passando de R$ 251.556 para R$ 129.590, com restituição de capital aos acionistas realizada em bens, mediante a entrega aos acionistas, na proporção da participação de cada um deles no capital social da Companhia, de ações da Portosul Participações S.A. Essa operação efetivou-se no dia 1° de outubro de 2017 quando encerrou o prazo legal para manifestação de oposição pelos credores da Companhia.

1. Redução e Aumento de Capital de Controladas, pela Controladora

Em 30 de setembro de 2018, através da 803ª RCA, foram aprovadas as seguintes operações entre as Companhias:

d. (1) Aumento de Capital na Cotrasa

Aumento do capital social na Sociedade investimento Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., no valor de R$ 20.087, dividido em 20.087 quotas sociais de valor nominal de R$ 1,00 a unidade. A integralização se deu através da transferência do imóvel que totaliza o valor de R$ 20.087, avaliado pelo valor de mercado, qual seja, imóvel de titularidade da Battistella Indústria e Comércio Ltda., localizado na cidade de Lages/SC, registrado no 1º Oficio de Registro de Imóveis de Lages sob matrícula n. 26.651, compreendendo um terreno com área superficial de 165.319 metros quadrados e suas benfeitorias que compreendem com diversos barracões e prédios em alvenaria para funcionamento de indústria e armazenagem. O capital social passará a ser de R$ 28.353.

d. (2) Redução de Capital na Battistella Indústria e Comércio

Redução de Capital Social da sociedade investida Battistella Indústria e Comércio Ltda., no valor de R$ 20.087, de valor nominal de R$ 1,00 a unidade, divididos em 20.087 quotas. A referida redução de capital foi realizada, seletivamente, na participação da sócia Battistella Administração e Participações S.A. acima qualificada, tendo como objeto a transferência de bens imóveis de sua propriedade pelo seu valor contábil, apurado no balancete de 30 de setembro de 2018.

1. Base de preparação e principais políticas contábeis

**2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros e propriedades para investimento é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

**(a) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint* *ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

**(b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB))*.*

O quadro de participações está demonstrado a seguir:



As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas a preparação pela Diretoria em 22 de janeiro de 2019.

(\*) a empresa Battrol Distribuidora e Importadora de Rolamentos e Peças Ltda. foi incorporada pela Battistella Máquinas Ind. e Com. Ltda. em 2018.

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são elaboradas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e apresentadas em milhares de reais.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

***Vendas de produtos***

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

* A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
* A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
* O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
* É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
* Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida.

As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e transferência legal da titularidade dos mesmos.

***Serviços***

As receitas por serviços de assistência técnica prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

**Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

* 1. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* e devoluções se necessária.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

***Impostos correntes***

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

***Impostos diferidos***

O imposto de renda e contribuição social diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

* 1. Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas e empresas com controle compartilhado, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas.

As Demonstrações Financeiras das controladas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas e controladas em conjunto, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

* 1. Imobilizado

*Reconhecimento e mensuração*

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

*Depreciação*

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 12, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

* 1. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao seu valor justo o qual é revisado anualmente.

A Companhia possui as seguintes propriedades para investimentos: barracões situados no município de Lages – SC; imóvel comercial, localizado em Lages –SC, e um imóvel comercial onde funciona uma concessionária de veículos pesados, localizada em Tubarão – SC. Todos esses imóveis são de propriedade da Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.

O Grupo contrata avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como “Outras receitas (despesas) operacionais”.

* 1. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

* 1. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão, custos necessários para realizar a venda e ajustado pela provisão de devoluções se necessária.

* 1. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

* 1. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

* 1. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Em 2018, buscando melhorar sua governança, a Companhia passou a ter somente ações ordinárias.

* 1. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

* 1. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

A Companhia apura o saldo de lucro (prejuízo) por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício as ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

* 1. Ativos Financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

*a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

*b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

*c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

**Reconhecimento e mensuração:**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

**2.19 Adoção inicial aos novos pronunciamentos emitidos**

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

**• CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

**• CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia adotou nestas demonstrações financeiras os novos pronunciamentos contábeis e elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2018, portanto os efeitos relativos às operações existentes em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos em lucros acumulados.

As conciliações do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018, determinadas de acordo com a prática contábil anterior e nova prática contábil são apresentadas a seguir:



**2.20 Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 30 de setembro de 2018**

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas não estão em vigor para o exercício de 2018

**2.20.1 CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil**

Esse CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estará vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

A Companhia, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de imóveis utilizados nas suas operações, com prazo de vigência de até 10 anos.

A Companhia está avaliando os impactos deste CPC, os quais estarão refletidos nas demonstrações financeiras em 2019.

Não existem outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1. Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

1. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro, baseado na produção, planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais e custos de capital planejado. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

1. Continuidade operacional

Considerando sua atual posição patrimonial e financeira, a Companhia utiliza julgamento significativo para avaliar sua continuidade operacional. As análises da administração indicam não existir dúvida sobre a capacidade da Companhia de manter suas atividades.

(c) Valor justo de propriedades para investimentos

O cálculo do valor justo das propriedades para investimentos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento e comparação de dados observáveis, conforme divulgado na nota 13. Quaisquer mudanças nas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado das avaliações de tais propriedades significativamente.

*(d) Sociedades controladas em conjunto*

A Companhia era acionista da Portinvest Participações S.A até julho de 2017 e detinha 51% das ações do capital desta Companhia. A Companhia detinha o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre os acionistas para todas as atividades relevantes.

1. Caixa e equivalentes de caixa

São constituídos pelos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se, basicamente, a aplicações pós-fixadas e de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado, contratados em bancos de "1ª linha". As aplicações financeiras são atualizadas considerando o custo acrescido de juros, quando aplicável, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado abaixo:



As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondente a Certificados de Depósitos Bancários-CDBs, são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com taxa média anual aproximada de remuneração de 100%.

As aplicações financeiras em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, possuindo liquidez diária.

1. Títulos e Valores Mobiliários



O saldo de R$ 247 no Banco Bradesco S.A. refere-se a título de capitalização.

1. Contas a receber de clientes



O valor justo de contas a receber em 31 de dezembro de 2018 se aproxima de seu valor contábil na data-base.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, na rubrica de despesas com vendas. Abaixo, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:



A seguir, demonstramos os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:



1. Estoques



1. Provisão para obsolescência dos estoques é calculada com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de fabricação ou sem movimentação.

A administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

1. Impostos a recuperar



1. Refere-se a INSS a recuperar decorrente de: (i) R$ 3.071 referente INSS ganho no processo sobre pró-labore de 2003 da Battistella Trading S.A., incorporada na Battistella Administração; e (ii): R$ 451 referente INSS pago a maior.
2. Os créditos de PIS e COFINS referem-se, principalmente, a créditos extemporâneos dos anos de 2006 a 2011, como previsto na legislação, e ainda não utilizados pela Companhia. Há pedido de restituição desses créditos.
3. Os estudos efetuados pela Administração indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R$ 884 na Controladora e R$ 3.640 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018 (R$ 1.835 em 31 de dezembro de 2017), para cobrir eventuais perdas pela realização desses ativos por valor inferior ao registrado contabilmente. Em 2018 foi constituída provisão de R$ 1.805 com base em estudos para a não realização de créditos extemporâneos de PIS e Cofins.
4. Créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa, existentes até 31 de dezembro de 2015, declarados até junho de 2016, e que estavam disponíveis para utilização, constituídos para utilização em 2018 no Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). Foram baixados em 2018, pela consolidação do Pert.
5. Outras contas a receber



1. Refere-se ao valor a receber da SDMO do Brasil pela venda da empresa Battistella Distribuidora, transferido da controladora para a controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. em 2017 para liquidação de mútuos entre as empresas. O valor de R$ 3.846 permanece em uma conta de *escrow*, que deverá ser mantida por um período mínimo de seis anos a partir de 29 de fevereiro de 2012, como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem.
2. Refere-se a saldo a receber da Companhia Rio Negrinho Participações S.A. pela venda das ações da companhia Modo Battistella Reflorestamento S.A. - Mobasa, depositado em uma conta controlada e que serão movimentados e liberados nos termos do contrato de venda e compra, sob administração do depositário.
3. Refere-se a saldo a receber decorrente de Contribuições ao Fundo Nacional de Telecomunicações – FNT, da Battistella Administração e Participações S.A., cujo processo já foi transitado em julgado, e o crédito transferido para a controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. em 2017, para liquidação de mútuos entre as empresas.
4. No consolidado, refere-se a valor a receber pela controlada Battistella Indústria e Comércio, referente a venda de imobilizado.
5. No consolidado, refere-se principalmente, a saldo a receber pela Battistella Indústria e Comércio, de Florestal Rio Preto no valor de R$ 690, a receber da Cotrasa no valor de R$ 1.311; e saldo a receber de devedores diversos pela Cotrasa no valor de 483.
6. Transações com partes relacionadas

As transações entre empresas da Companhia mantidas na controladora e no consolidado, com impacto no ativo e passivo, podem ser resumidas como segue:









1. Os contratos de mútuo são atualizados à taxa efetiva de 13,17% a.a. com vencimento indeterminado.

As transações entre empresas, mantidas na controladora e consolidado, com impacto no resultado, podem ser resumidas como segue:



A remuneração da Administração é fixada pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária - AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Em 2018 a remuneração fixada para a Controladora corresponde até o limite de R$ 3.000 (R$ 3.000 em 2017).

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remuneração dos diretores. Os referidos montantes estão registrados na rubrica "Honorários dos Administradores".

A Companhia não possui plano de previdência ou remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações. Os benefícios referem-se a gastos com plano médico e aluguel de veículo.

1. Investimentos em controladas
2. Sociedades controladas

***Aumento e redução de capital***

Em 07 de julho de 2017, foi aprovada em Reunião do Conselho da Administração, a incorporação da controlada Battistella Trading S.A - Comércio Internacional, na controladora, Battistella Administração e Participações S.A. A Incorporação não implicou em alterações no capital social da Companhia uma vez que a mesma já detinha ações representativas de 100% do capital social da Trading, sendo esta última subsidiária integral da Companhia.

Em 26 de julho de 2017, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 121.966, com restituição de capital aos acionistas realizada em bens, mediante a entrega aos acionistas, na proporção da participação de cada um deles no capital social da Companhia, de ações da Portosul Participações S.A.. Essa operação efetivou-se no dia 1o de outubro de 2017 quando encerrou-se o prazo legal para manifestação de oposição pelos credores da Companhia.

1. A movimentação dos investimentos, apresentado nas Demonstrações Financeiras é apresentada da seguinte forma:
   1. - Controladora



Abaixo demonstramos as informações financeiras das empresas investidas em 31 de dezembro de 2018:



1. Imobilizado





A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27/IAS 16 - ativo imobilizado, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado sejam revisados no mínimo a cada exercício.

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação em média é como segue:



Abaixo demonstramos quadro da movimentação do ativo imobilizado:







Os valores do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 15.

1. Propriedades para investimentos

Os imóveis que compõem as "propriedades para investimentos" são compostos por terrenos e edificações, para uso comercial, sendo: imóvel localizado no município de Lages/SC com área total de 29.882,62 m2; imóveis localizados no município de Tubarão/SC, com áreas de 15.489,72 m2 e 15.951,12 m2; e imóvel localizado no município de Lages/SC com área total de 165.319 m2.



Os valores de cada imóvel para 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados na tabela abaixo:



Os valores de cada imóvel para 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados na tabela abaixo:



A Companhia aplica o método de valor justo, classificado como nível 2 com base na comparação de dados observáveis de preços para reconhecimento de suas propriedades para investimento.

O imóvel de Lages passou de propriedade da Battistella Indústria e Comércio Ltda. para a Cotrasa Veículos e Serviços, decorrentes de operações de aumento e redução de capital, conforme detalhado na nota explicativa 1.d.

A Companhia contratou em 2015 especialista independente para preparação dos laudos de avaliação do valor justo de seus imóveis. Em 2017 e em 2018 os laudos foram atualizados.

A Companhia aufere mensalmente o valor de R$ 180 com o aluguel dos imóveis classificados em propriedades para investimentos.

Para elaboração do laudo utilizado para cálculo do valor justo dos imóveis a empresa especializada utilizou o método comparativo direto, auferindo o valor de venda aplicável ao terreno por comparação de suas características com amostras semelhantes, através da homogeneização dos dados pesquisados. A empresa especializada também realizou ampla pesquisa junto ao mercado imobiliário, através de contatos com corretores, imobiliárias atuantes, proprietários e pessoas afins, identificando elementos comparativos válidos.

A análise resultou numa faixa de valores, que, aplicada à área dos imóveis conduz ao valor de venda médio.

Para os imóveis avaliados, considerou-se, como premissa, para efeito de avaliação, o bem livre de hipotecas, arrestos, usufrutos, penhores, passivos ambientais ou quaisquer ônus ou problemas que prejudiquem o seu bom uso ou comercialização.

Garantias dadas envolvendo esses imóveis estão relacionadas na nota 15.

1. Fornecedores



O valor justo de contas a pagar em 31 de dezembro de 2018 se aproxima de seu valor contábil na data-base. As dívidas com fornecedores são todas em moeda nacional – Reais.

1. Empréstimos e financiamentos



As dívidas referente empréstimos e financiamentos são todas em moeda nacional. O montante apresenta a seguinte composição de vencimento:



As garantias reais sobre as operações de empréstimos são conforme quadro abaixo:



Abaixo, demonstramos o quadro de movimentação dos empréstimos:



Não existem cláusulas contratuais restritivas incluindo *covenants* ou outras obrigações para os contratos relativos aos empréstimos apresentados anteriormente.

1. Adiantamentos de clientes e credores diversos



1. O saldo de Credores Diversos é composto, no Consolidado, principalmente por:

Saldo a pagar, pela controlada Battistella Indústria e Comércio, para a empresa Modo Battistella Reflorestamento, no montante de R$ 707 (R$ 799 em 31 de dezembro de 2017), referente a saldo devedor de mútuo anterior a venda.

Saldo a pagar do Acordo firmado com a Suvesa Super Veículos Ltda., referente a parcelamentos de impostos federais, no montante de R$ 2.052 (R$ 2.066 em 31 de dezembro de 2017).

Saldo devedor com Codema Comercial e Importadora de R$ 7.769 (R$ 7.769 em 31 de dezembro de 2017) referente repasse programa especial de recuperação tributária.

1. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas empresas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais as chances de não se obter êxito são maiores que as chances de se obter êxito, conforme opinião corroborada junto aos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas.

As provisões constituídas e os depósitos judiciais, vinculados às mencionadas provisões para riscos trabalhistas e cíveis, compõem-se conforme demonstrativo a seguir:





**Movimentação das contingências e depósitos judiciais**





1. As ações trabalhistas têm caráter de indenizações, horas extras, equiparação e outros. Em 2016 houve acréscimo referente reclamatória trabalhista ajuizada pleiteando comissões, férias, indenização, juros e multa, cujos autos foram remetidos para o TST para recurso de revista da empresa e agravo de Instrumento em recurso de revista do reclamante, decorrente principalmente da reestruturação da Companhia. Em 2017 houveram reversões de processos trabalhistas das controladas Cotrasa Veículos e Peças e Battistella Indústria e Comércio.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, cujos riscos de perda relacionados foram considerados como possível na opinião da Administração e de seus assessores legais, para os quais nenhuma provisão para perdas foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor total de tais processos, em 31 de dezembro de 2018 é: (i) tributário: R$ 1.040 (R$ 1.225 em 31 de dezembro de 2017), (ii) cíveis: R$ 4.755 (R$ 6.040 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) trabalhistas: R$ 1.329 (R$ 11.205 em 31 de dezembro de 2017).

1. Parcelamento especial e programa de recuperação fiscal – PAES, REFIS e PERT



Em março de 2017, as empresas do grupo aderiram ao PRT - Programa de Regularização Tributária, instituído pela Medida Provisória 766, de 04 de janeiro de 2017, após uma análise criteriosa do que seria possível de inclusão, conforme as regras dessa MP, referente a débitos federais e previdenciários em aberto.

Em novembro de 2017, foi feita adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, criado através da MP 783, de 31 de maio de 2017, com condições mais flexíveis e benéficas para as empresas. Numa continuidade da análise, foi verificado o que seria viável migrar para esse novo programa e o que se manteria no PRT, visto que na migração para o PERT foi possível o aproveitamento do que tinha sido pago no PRT.

Em fevereiro de 2018 foram protocolados junto à Procuradoria da Fazenda Nacional, requerimentos para pedidos de consolidação administrativa do PERT, incluindo débitos federais e previdenciários.

Em dezembro de 2018, foram prestadas pelo fisco as informações necessárias para a consolidação do parcelamento, indicando os débitos que seriam incluídos, as quantidades de parcelas pretendidas e o valor dos créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o lucro líquido.

O ajuste no consolidado inclui a controladora, Battistella Administração e Participações S.A. e a controlada Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda.

1. Obrigações tributárias



1. Refere-se a parcelamentos de PIS, Cofins e Imposto de renda.
2. Refere-se a parcelamentos de ICMS, PR e SC.
3. Obrigações sociais e trabalhistas



1. Refere-se a parcelamentos de INSS parte empresa, ordinário e simplificado.
2. Patrimônio líquido
3. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 129.590, subscrito e integralizado, é composto de 15.359.181 ações ordinárias.

Em 26 de julho de 2017, foi aprovada a redução do capital social da Companhia de R$ 251.556 para R$ 129.590, uma redução, portanto, de R$ 121.966, sem redução do número de ações de emissão da Companhia, com a consequente restituição de capital aos acionistas da Companhia, na proporção da participação de cada um dos acionistas. Essa operação se efetivou em 1º de outubro de 2017.

Parte do capital social total da Companhia é capital estrangeiro. As empresas brasileiras com capital estrangeiro devem efetuar o registro deste capital junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), para que possam remeter dividendos sobre o capital estrangeiro ou repatriá-lo. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no Banco Central do Brasil o montante de R$ 12.858 como capital estrangeiro.

1. Dividendos

Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2017, devido aos prejuízos acumulados anteriores não foram registrados os dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia deliberou, conforme AGO realizada em 30 de abril de 2018 que, diante do prejuízo ao término do exercício de 2017, não seriam distribuídos dividendos em 2018. Neste exercício a Companhia apresenta um prejuízo de R$ 9.997, portanto, não há previsão de distribuição de dividendos em 2019.

1. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social.

1. Ajuste de avaliação patrimonial

O valor classificado em ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao registro inicial do valor justo das propriedades para investimento conforme descrito no CPC 28 / IAS 40.

1. Gestão de risco financeiro

**Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

* 1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 15, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital.

***Índice de endividamento***

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:



1. A dívida é definida como o total de empréstimos de curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui em torno de R$ 1.880 referentes a fornecedores em atraso.

* 1. Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia não possui exposição significativa à mudanças nas taxas de câmbio visto à inexistência de operações vinculadas à moeda estrangeira.

***Análise de sensibilidade***

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das Demonstrações Financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2018 aumentaria em R$ 479. Isso ocorreria principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

***Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.***

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, realizado com base no relatório de acompanhamento de pesquisa de mercado FOCUS de 01 de janeiro de 2019, onde descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III):



Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade de contas a receber de clientes – mercado estrangeiro, da controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda., com base na oscilação do dólar, onde descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações.



* 1. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira dos clientes.

Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas com estes devedores são provisionadas.

* 1. Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

***Análise dos vencimentos***

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros que serão auferidos neste período e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.





* 1. Instrumentos financeiros, por categoria



1. Imposto de renda e contribuição social

Composição e movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo:





Constituição de IR e CSLL s/provisão créditos fiscais. O saldo foi baixado em razão de utilização, no Programa de Regularização Tributária – PERT, em 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social consolidados somam, R$ 291.916 e R$ 321.338, respectivamente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da Controladora somam R$ 111.820 e 128.506, respectivamente. Os prejuízos fiscais e bases negativas não expiram conforme legislação tributária brasileira

Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.



1. Receitas operacionais líquidas



1. Referem-se a receita de locação de imóveis e venda de resíduos do processo de beneficiamento de madeira.
2. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações referentes à natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é apresentada a seguir:





1. Outras receitas e despesas



1. Refere-se a venda de imobilizado pela controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda.
2. Refere-se a perdas apuradas na avaliação do valor justo das propriedades para investimentos.
3. Resultado financeiro

Receitas financeiras



Despesas financeiras



1. Informações por segmento

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma como principal tomador de decisão gerencia o negócio considerando os critérios estabelecidos no CPC 22 - Informação por Segmento (IFRS8).

Os segmentos e produtos estabelecidos pela Companhia são:

1. Florestal - Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
2. Veículos pesados - Comercialização de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica;





1. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura de seguros estabelecida pela Administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio nas instalações e outros danos, monta a quantia de R$ 10.227 (R$ 16.050 em 31 de dezembro de 2017), abrangendo todas as filiais da Companhia.

As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

1. Arrendamentos mercantis operacionais

A controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. arrenda uma série de imóveis, sob a forma de arrendamento operacional. Esses arrendamentos, com prazos variados, e com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada 1 ano, para refletir os aluguéis de mercado. Para todos os arrendamentos operacionais, a Cotrasa é impedida de entrar em qualquer contrato de sublocação, cessão, transferência ou empréstimo do imóvel a terceiros, sem consentimento prévio do locador. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares. Foi concluído pela administração que, basicamente, todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Portanto conclui-se que o arrendamento é caracterizado como operacional.

**Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil**



1. Retificação de informação

Durante o exercício de 2018, a Companhia identificou que no quadro demonstrativo de Propriedade para Investimentos de 2017, não estava correta a segregação entre valor de custo e valor justo, tal retificação não ocasionou ajuste de demonstração.

1. Lucro (prejuízo) por ação



\* \* \*

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2018 X 2017

A Diretoria da empresa Battistella Administração e Participações S.A., (Bovespa BTTL3 e BTTL4), com sede a Alameda Bom Pastor, nº 3700, bairro Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, apresenta e submete à apreciação o Relatório da Administração de 2018, da Controladora e do Consolidado.

A Companhia, através de sua subsidiária Cotrasa Veículos e Serviços Ltda, atua no segmento de comércio de caminhões e ônibus Scania, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica; e, através de sua subsidiária Battistella Indústria e Comércio Ltda., atua no segmento de industrialização e comércio de madeiras e seus derivados.

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia são apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting Standards*), de acordo com a Instrução 457/07 e 485/10, da CVM.

**DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**Resultado – Consolidado**



Houve acréscimo de 66% na receita líquida da Companhia, no exercício de 2018 comparado ao exercício de 2017, o que demonstra uma reação positiva dos segmentos em que atua.

Em 2017 o resultado foi impactado positivamente pelo registro de ganho de participações em empreendimentos em conjunto no montante de R$ 10.785 e de impostos de renda e contribuição social diferidos registrados.





No segmento florestal, a Companhia industrializa e comercializa madeira processada e seus derivados. No segmento de veículos pesados a Companhia comercializa caminhões e ônibus marca Scania, acessórios e presta serviços de assistência técnica em suas concessionárias autorizadas.

O crescimento das receitas já era esperado, acompanhando a melhora do mercado dos segmentos em que atua.

**DESPESAS OPERACIONAIS**



As despesas comerciais, em 2018 apresentaram acréscimo de 39% em comparação a 2017, principalmente nas despesas com fretes e entregas, refletindo a reação positiva das vendas.

Esse aumento foi menor do que o aumento das vendas, resultando em ganho de eficiência.



As despesas administrativas do acumulado de 2018 apresentaram redução absoluta de 10% sobre 2017. Em termos relativos, as despesas caíram de 17,32% de 2017 para 9,37% em 2018.



Em 2017 ocorreu a baixa do investimento na empresa Portosul, o qual foi utilizado para restituição aos sócios pela redução de capital, no montante de R$ 9.608.

Em 2018 foi registrado perda de avaliação ao valor justo, decorrente da avaliação feita nas propriedades para investimentos. Essas perdas afetaram significativamente o resultado do período, sem as quais a Companhia teria lucro de R$ 1.239. Ver nota explicativa 13.

***EBITDA*** *– Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

**LAJIDA -** Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

**Consolidado**



Não fosse pela perda de avaliação dos imóveis, a Companhia teria apresentado Ebitda positivo de R$ 6.845 em 2018 versus R$ 10.763 negativo em 2017. Isso demonstra a recuperação operacional dos seus negócios.

**DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

CAIXA, BANCOS E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO



Sobre a ótica do endividamento líquido bancário, a Companhia registrou uma redução de R$ 1.705 em 2018 versus 2017.

**ESTRUTURA SOCIETÁRIA E DESEMPENHO ECONÔMICO POR SETORES**



**MERCADO E SEGMENTO – VEÍCULOS PESADOS**

O mercado brasileiro de caminhões terminou 2018 com forte alta nas vendas, muito acima do esperado um ano atrás pelo setor.

Alguns fatores impactaram o resultado final do mercado brasileiro de caminhões, segundo dados da Fenabrave, tais como o agronegócio, para o que foi preciso renovar a frota das transportadoras, a maior participação de bancos privados e das montadoras nos financiamentos, a queda dos juros, o crescimento dos índices de confiança dos frotistas e transportadores, além da formação de frota própria, entre outros.

As perspectivas para 2019 continuam positivas.

**Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.**

Atua no comércio de veículos pesados, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas. Além disso, o segmento mantém a venda de contratos de manutenção preventiva e pacotes promocionais.



O segmento apresentou significativa melhora, acompanhando a retomada do crescimento desse mercado, resultando em aumento de 84% da Receita Líquida

**MERCADO E SEGMENTO – DERIVADOS DE MADEIRA**

Em 2018 o setor foi afetado positivamente pelo câmbio e mercado externo. Para 2019 não esperamos a manutenção deste cenário tão positivo.

**Battistella Indústria e Comércio Ltda.**

O segmento “Madeiras” é dedicado à industrialização e comercialização de madeiras e toras de pinus.



O segmento apresentou acréscimo de 35% na Receita Operacional Líquida, em decorrência do câmbio e aumento de produção.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

Atendendo à instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que não foram prestados pela Martinelli Auditores, serviços não relacionados a auditoria independente que superassem 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

São José dos Pinhais/PR, 26 de março de 2019.

|  |  |
| --- | --- |
| **Conselho de Administração:**  Presidente:  **Maurício Valente Battistella**  Conselheiros:  **Luciano Ribas Battistella**  **Melissa Telma Figueiredo** | **Diretoria:**  Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores:  **Luciano Ribas Battistella**  Diretor  **Cristiano Locatelli** |
| Contadora:  **Daiane Pedroso**  CRC: PR 070304/O-7 | |

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Declaro, na qualidade de diretor da BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, n° 3.700, Barro Preto - CEP 83.015-140, inscrita no CNPJ sob o nº 42.331.462/0001-31, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Luciano Ribas Battistella

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidor

Cristiano Locatelli

Diretor

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Declaro, na qualidade de Diretor da BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, n° 3.700, Barro Preto - CEP 83.015-140, inscrita no CNPJ sob o nº 42.331.462/0001-31, que concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, datado de 26 de março de 2019.

Luciano Ribas Battistella

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores

Cristiano Locatelli

Diretor